



Editorial

Projeto de Lei obriga presença de ascensoristas em edifícios comerciais



Todos os meses tomamos conhecimento de trabalhadores que são assediados moralmente e fisicamente.

Sendo assim, a morte do zelador Jezi Lopes de Souza, de 63 anos, esfaqueado e queimado no início do mês, infelizmente, não é algo inesperado para nós.

Jezi foi perseguido, assediado e explorado, e quando recorreu à polícia, ela não deu atenção ao caso, impossibilitando uma ação mais eficaz até mesmo do Sindicato.

Isso expõe a necessidade de a nossa categoria se unir fazendo campanha e denunciando, de todas as formas possíveis, aqueles que não nos respeitam, para que casos como o de Jezi não se repitam.

*Palavra do Presidente
Paulo Roberto Ferrari*

O presidente da FENATEC e da Fecosp, Paulo Roberto Ferrari, participou, no dia 10 de junho, de reunião com o colégio de líderes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para debater o Projeto de Lei 630/2013, do deputado Alex Manente.

O texto propõe a obrigatoriedade de haver ascensoristas em edifícios comerciais e mistos no Estado de São Paulo.

Segundo o relator da proposta, deputado Antônio Salim Curiati, a “ausência de um ascensorista impede que se

controle a capacidade máxima de indivíduos a serem transportados pelo elevador que, quando excedida, pode gerar pane no aparelho e expor seus ocupantes a riscos”.

O deputado também ressalta que elevadores são passíveis de problemas mecânicos, como ausência de luz e abertura imprevista de portas, que podem causar pânico e acidentes graves aos passageiros.

Paulo Ferrari também ressaltou a importância do ascensorista na geração de empregos e segurança em condomínios e edifícios.

Veja também:

Trabalhadores em condomínios e edifícios protestam contra a violência em São Paulo

Paulista é palco de protesto com a participação dos trabalhadores em edifícios

Constituição Federal garante o direito de greve

SP: Trabalhadores em condomínios e edifícios protestam contra violência



O Sindicato dos trabalhadores em Edifícios e Condomínios de São Paulo (Sindifícios/SP) realizou ato contra a violência aos trabalhadores da categoria, no dia 10 de junho, reunindo centenas de pessoas, em frente ao Teatro Municipal, no centro da capital paulista. O protesto foi motiva-

do pelo assassinato e esquiteamento do colega e sócio do Sindifícios São Paulo, Jezi Lopes Sousa, que aconteceu no início do mês de junho.

Durante o protesto, os dirigentes sindicais pediram um basta à exploração, ao assédio moral, às agressões físicas e verbais que zelado-

res, porteiros e demais funcionários de edifícios sofrem diariamente.

“Em um mês, nós recebemos de 40 a 50 denúncias de agressão, assédio moral e físico ao trabalhador em condomínio. Isso não é um fato novo na nossa categoria, isso é uma realidade e uma vergonha para u-

ma democracia”, disse o presidente do Sindifícios/SP e da FENATEC, Paulo Ferrari, durante o protesto.

O Sindifícios/SP está amparando a família de Jezi desde o dia em que foi anunciada a morte do zelador, oferecendo todo apoio jurídico e solidariedade.

RJ: Categoria unida luta por aumento real



O presidente da FENATEC, Paulo Roberto Ferrari, esteve no Rio de Janeiro, no dia 28 de maio, lutando pela reposição integral da

inflação e aumento real para os trabalhadores em edifícios da cidade.

Em frente ao Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro (Secovi), a di-

retoria do Sindicato dos Empregados em Edifícios do Município do Rio de Janeiro pediu 12% de reajuste salarial.

Bahia: FENATEC visita dirigentes



Os companheiros e dirigentes sindicais do setor de empregados em edifícios da Bahia receberam a visita da FENATEC, representada pelo seu assessor Samuel Alves de Oliveira.

O encontro aconteceu no dia 28 de maio, em Salvador.



Crédito: Tiago Santana

Trabalhadores em condomínios e edifícios participam de protesto na Paulista

A atividade exigiu a queda da inflação, juros menores e o fim da desindustrialização

Cerca de 10 mil trabalhadores participaram da manifestação da Força Sindical, que aconteceu no dia 6 de junho, em frente ao Banco Central, na Avenida Paulista, em São Paulo. A ação foi um protesto contra a política econômica do governo federal, que tem privilegiado o capital financeiro e prejudicado o setor produtivo e os interesses da classe trabalhadora. "Queremos a queda da inflação, juros menores e o fim da desindustrialização, que está fechando postos de

trabalho", disse Miguel Torres, presidente da Força Sindical, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes.

A atividade também teve como objetivo mostrar à imprensa internacional os problemas vividos pelos trabalhadores brasileiros, como falta de mobilidade, de transporte público de qualidade, saúde e educação, entre outros.

As categorias filiadas

à Força Sindical cobram também o atendimento às reivindicações da Pauta Trabalhista aprovada pelas centrais em 2010, com destaque para a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário e o fim das demissões imotivadas, entre outras reivindicações.

A concentração começou, às 10 horas, em três pontos da cidade: a estação Paraíso do metrô, a Praça 14 BIS, na Avenida 9 de Julho, e o Museu de Artes de São Paulo (Masp).

Depois, os manifestan-

tes seguiram em passeata para o Banco Central, onde ocorreu o ato.

Participaram do evento empregados em edifícios e condomínios, metalúrgicos, estivadores, gráficos, aeroviários, aeronautas, costureiras, trabalhadores da construção civil, saúde, refeições coletivas, brinquedos, aposentados e trabalhadores da alimentação.

Legislação

Presidente da FENATEC participa de audiência pública em Brasília

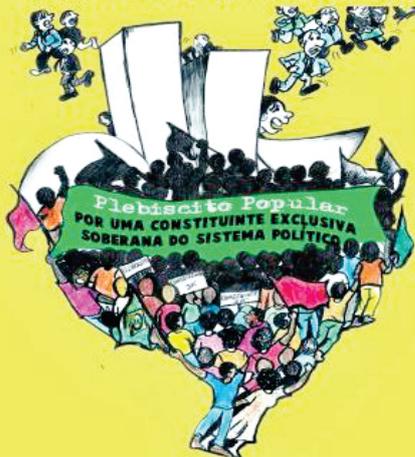


O presidente da FENATEC, Paulo Roberto Ferrari, participou de audiência pública para debater o Projeto de Lei 2.867/2004, que muda critérios para a construção de condomínios hoteleiros, flats, apart-hotéis e similares. A audiência aconteceu na Câmara dos Deputados, no dia 13 de maio.

O texto define esses em-

preendimentos imobiliários organizados sob a forma de condomínio como aqueles que oferecem alojamento temporário para hóspedes, mediante cobrança de diárias. A proposta pretende disciplinar esta alternativa de investimento e ampliar a capacidade de oferta de hotéis no País.

O PL, agora, aguarda o parecer da Comissão de Turismo (CTUR).

PLEBISCITO POPULARSemana da Pátria
01 a 07 de setembro de 2014**Movimentos pedem Reforma Política**

Entre os dias 01 e 07 de setembro deste ano acontecerá o Plebiscito pela defesa de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, em que uma única pergunta será feita à população: “Você é a

favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”.

O que é?

Uma Constituinte Exclusiva é uma delegação de representantes, eleitos pelo povo exclusivamente

para a tarefa de se reunirem em Brasília para elaborar uma nova Constituição para o país. A atual Constituição foi feita em 1988, pelo Congresso, logo após a ditadura militar.

Neste processo, as campanhas dos candi-

datos já iniciariam com voto em lista, que também consideraria a paridade entre gêneros – mesmo número de homens e mulheres em cada chapa.

Representação

Para o movimento sindi-

cal, a representação no Congresso deve ser democrática. Dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) mostram que há uma distorção no sistema eleitoral: dos 594 par-

lamentares eleitos, 84,7% representam empresários e ruralistas, entre outros, e apenas 15,5% são da bancada sindical, ou seja, os que falam pelos direitos das trabalhadoras/es representam uma mi-

noría. O objetivo é que, com uma Constituinte Exclusiva e Soberana, a classe trabalhadora, as mulheres, jovens, indígenas e as demais minorias tenham maior representação.

Você sabia?**Direito de greve foi conquistado fazendo greve**

Na Place (praça) de Grève, na França, às margens do Rio Sena, reuniam-se desempregados, que buscavam um serviço temporário como carregador, e operários insatisfeitos com as condições de trabalho. No final do século XII, “ir à Greve” passou a significar estar sem trabalhar.

De início, as greves operárias não eram regulamentadas e só eram resolvidas de uma dessas duas formas: ou os operários retornavam ao trabalho nas mesmas ou em piores condições, por temor ao desemprego, ou o empresário atendia total ou parcialmente as reivindicações para que pudessem evitar maiores prejuízos devidos à ociosidade.

No Brasil

As greves tiveram início no século XIX. A paralisação que mais marcou a história do nosso País foi a Greve Geral de 1917, quando 50 mil trabalhadores aderiram ao movimento por melhores salários, condições de trabalho e qualidade de vida. Para se ter noção da situação econômica do País naquela época, entre 1914 e 1923, o salário havia subido 71% enquanto o custo de vida havia aumentado 189%.

Os patrões deram um aumento imediato de salário e se comprometeram a estudar as demais exigências. Esse último não foi cumprido, mas a grande vitória foi o reconhecimento do movimento operário como instância representativa, obrigando os patrões a negociar com os trabalhadores e a considerá-los em suas decisões.

Outras grandes greves aconteceram no país, principalmente no decorrer do século XX, todas elas marcadas por forte repressão e consideradas anarquistas pela imprensa. Mas elas também conquistaram direitos que hoje consideramos fundamentais, como descanso semanal remunerado, jornada de trabalho limitada a oito horas e o impedimento do trabalho do menor de idade. 4

**Garantida pela Constituição**

A Constituição brasileira considera a greve um dispositivo democrático e assegura ao trabalhador esse direito em seu artigo 9º, que diz:

“É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.